



**ANFIP
NACIONAL**
Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil

Linha Direta

#27

ANO XXXIII
JULHO/2026

Jurídico

Confira orientações sobre ação do Bônus de Eficiência

Com o trânsito em julgado da ação coletiva do Bônus de Eficiência e a possibilidade de ajuizamento de ações individuais, a ANFIP Nacional alerta que é importante que cada associado avalie cuidadosamente qual medida melhor atende aos seus interesses.

•pág 4

Servidores

Pública Central reforça mobilização por pautas prioritárias

A Pública Central do Servidor, da qual a ANFIP Nacional é integrante, reuniu representantes de entidades para discutir temas prioritários para os servidores, entre eles a PEC 8/2025, o PL 1893/2026, as eleições gerais no Brasil e os preparativos para o Congresso Extraordinário.

•pág 5

Live

ANFIP-RJ debate instrumentos de proteção patrimonial

A ANFIP-RJ promoveu, por meio do Projeto Sociocultural, a palestra “Interdição, Curatela, Autocuratela e Holding Familiar: Proteção da Pessoa e do Patrimônio”. Realizado em formato híbrido, o encontro recebeu a advogada Denine Rocha. A íntegra da transmissão está no YouTube.

•pág 8

SABATINA COM PRÉ-CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Correio Braziliense realizará um dia de entrevistas com os **pré-candidatos à Presidência da República nas eleições de 2026**, dando espaço para que apresentem suas ideias sobre temas de interesse de todos os leitores. Na pauta, assuntos como segurança pública, saúde, educação e economia serão aprofundados com cada participante.



28 DE JULHO A PARTIR DAS 8H

Apoia:



Realização:



Produção:



Iniciativa reúne pré-candidatos à Presidência em sabatina do Correio Braziliense

ANFIP Nacional está entre as instituições que apoiam um dos primeiros grandes encontros entre os pré-candidatos à Presidência da República nas eleições de 2026. Promovida pelo Correio Braziliense, a sabatina será realizada em 28 de julho, a partir das 8h, reunindo os principais nomes da corrida ao Palácio do Planalto.

Com apoio da ANFIP Nacional em conjunto com a Febrafite, a Unafisco Nacional e a Fenat, o evento reforça a importância da participação das entidades representativas do Fisco em espaços de diálogo que aproximam a sociedade das discussões sobre o futuro do país e das políticas públicas.

Ao longo da programação, os pré-candidatos serão convidados a expor suas propostas e responder a questionamentos sobre assuntos centrais para o Brasil, como economia, segurança pública, saúde e educação.

Para o presidente da ANFIP Nacional, Carlos José de Castro, integrar uma iniciativa dessa dimensão reafirma seu compromisso com o fortalecimento das instituições democráticas e com a defesa de um debate pautado pela responsabilidade, pela transparência e pela busca de soluções para os desafios da administração pública, cumprindo, dessa forma, a missão e os valores da Entidade.

Bônus de hospedagem do XIX Encontro Nacional Confira as regras para utilização do benefício

ANFIP Nacional tem recebido questionamentos sobre a concessão do bônus de hospedagem de R\$ 600 destinado aos participantes do XIX Encontro Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, que acontece de 21 a 23 de setembro, no Rio de Janeiro. Diante disso, a Associação reforça as regras do benefício para **evitar dúvidas e garantir tratamento igualitário** a todos os associados.

O bônus de R\$ 600 foi criado exclusivamente para auxiliar nas despesas de hospedagem dos participantes do evento e está **vinculado** à utilização da **rede de hotéis credenciada** pela organização.

Para ter direito ao benefício, o associado

deve atender, obrigatoriamente, a todos os seguintes requisitos:

- estar inscrito no XIX Encontro Nacional até 31 de agosto de 2026;
- participar integralmente da programação de todos os dias do evento;
- hospedar-se em um dos hotéis credenciados pela organização no período de realização do Encontro.

Integram a rede credenciada os seguintes hotéis:

- Rio Othon Palace;
- Savoy Othon;
- Astoria Palace Copacabana;
- Augusto's Rio Copa Hotel;
- Atlântico Travel Hotel Copacabana.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Albenize Gatto Cerqueira

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima e Ludmila Machado

Estagiárias:
Agnes Sena e Bianca Silva

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



A reserva realizada por meio da agência oficial, a Conextur Turismo, terá o desconto de R\$ 600 aplicado automaticamente no valor da hospedagem.

Somente os associados que efetuaram a reserva diretamente em um dos hotéis credenciados, e cumprirem todos os requisitos, poderão solicitar o reembolso do valor correspondente ao bônus após a realização do evento, mediante apresentação da nota fiscal da hospedagem e dos dados bancários.

Importante: o reembolso somente será concedido para hospedagens efetivamente realizadas em um dos hotéis credenciados.

Dessa forma, **não terão direito ao bônus nem ao reembolso** os associados que:

- optarem por se hospedar na residência de familiares, amigos ou conhecidos;
- utilizarem imóveis alugados por plataformas como Airbnb ou similares;
- realizarem hospedagem em hotéis que não integrem a rede credenciada do evento;
- não cumprirem integralmente os requisitos estabelecidos pela ANFIP Nacional;
- já tiverem hospedagem garantida pela organização por integrarem ou acompanharem integrantes dos conselhos;
- reservarem apenas parte da hospedagem

sem observar as condições definidas para sua concessão.

A ANFIP Nacional esclarece que o bônus não possui caráter indenizatório ou de ajuda de custo. Trata-se de um benefício específico, vinculado exclusivamente à hospedagem nos hotéis credenciados para o XIX Encontro Nacional. Por esse motivo, não haverá pagamento, ressarcimento ou qualquer forma de compensação financeira para situações que não atendam às regras estabelecidas.

A medida busca garantir transparência na utilização dos recursos da Associação e assegurar que todos os participantes sejam tratados de forma isonômica, observando os mesmos critérios para acesso ao benefício.

Em caso de dúvidas, os associados podem entrar em contato com a Secretaria da ANFIP Nacional pelos canais oficiais de atendimento.

Serviço

Para reservas, contatar diretamente a Conextur Turismo:

- Telefone: **(61) 3201-9291**
- WhatsApp: **(61) 99601-8283**
- E-mail: **conextur@conextur.com.br**

Inscrições: www4.anfip.org.br/eventos/1/inscricao

XIX
Encontro Nacional
dos Auditores Fiscais da
Receita Federal do Brasil

De 21 a 23
de setembro de 2026

Rio Othon Palace
Copacabana
Rio de Janeiro (RJ)

*No coração do Rio,
o encontro que fortalece
nossa união.*

Realização:  ANFIP NACIONAL
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

Participação:  ANFIP-RJ
Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Estado do Rio de Janeiro

Inscrição: www.anfip.org.br

ANFIP Nacional orienta associados sobre ações do Bônus de Eficiência

Com o trânsito em julgado da ação coletiva proposta pela ANFIP Nacional em favor dos aposentados, pensionistas e ativos para o recebimento do Bônus de Eficiência, a Entidade iniciará, em breve, a **fase de cumprimento de sentença**, destinada à apuração e ao pagamento dos valores devidos aos beneficiários. Os cumprimentos de sentença serão propostos pelo escritório que patrocinou a ação de conhecimento, Advocacia Velloso.

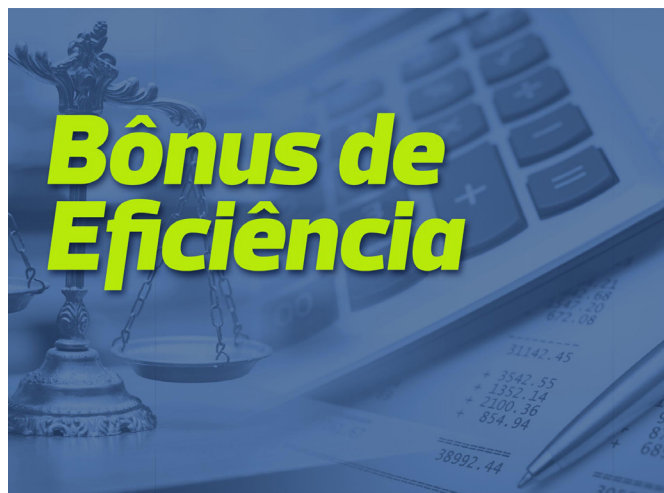
Paralelamente, permanece disponível aos associados a possibilidade de ajuizamento de ações individuais perante o Juizado Especial Federal, por intermédio de outro escritório conveniado, Ferreira e Vieira Advogados Associados.

Diante desse cenário, é importante que cada associado **avalie cuidadosamente** qual medida melhor atende aos seus interesses, considerando que **a opção pela ação individual poderá impedir a execução da sentença da ação coletiva em relação ao mesmo objeto**.

Ação coletiva - A ação coletiva ajuizada pela ANFIP já transitou em julgado, permitindo o início da fase de cumprimento de sentença. Como se trata de demanda proposta em 2018, os beneficiários poderão executar os valores retroativos abrangidos pela ação coletiva, sem a limitação decorrente da propositura de uma nova ação individual.

Por outro lado, a fase de cumprimento de sentença coletiva demanda procedimentos mais complexos, envolvendo a elaboração de cálculos individuais, eventual análise de impugnações e demais etapas processuais, o que pode resultar em um prazo maior para o efetivo recebimento dos valores.

Ação individual - As ações individuais continuam sendo ajuizadas perante o Juizado Especial Federal e têm apresentado resultados favoráveis aos aposentados e



pensionistas, inclusive com a celebração de acordos pela União.

Entretanto, por serem propostas atualmente, os valores retroativos ficam sujeitos à prescrição quinquenal, de modo que somente poderão ser cobradas as parcelas relativas aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação.

Em contrapartida, considerando a sistemática do Juizado Especial Federal e os acordos que vêm sendo celebrados, existe a perspectiva de recebimento em prazo inferior ao da execução coletiva.

Aspectos que devem ser considerados - Antes de optar por uma das modalidades, o associado deve considerar, entre outros fatores:

- **Ação coletiva:** possibilidade de execução de um período retroativo maior, em razão da data de ajuizamento da ação, com perspectiva de recebimento de valores mais elevados, embora o procedimento possa demandar maior tempo até a conclusão.

- **Ação individual:** expectativa de solução mais célere, porém com limitação dos valores retroativos ao quinquênio anterior ao ajuizamento da ação.

A ANFIP reafirma seu compromisso com a transparência e coloca sua equipe jurídica à disposição para prestar os esclarecimentos necessários, permitindo que cada associado tome sua decisão de forma consciente e bem informada.

TV ANFIP recebe Geap para bate papo sobre serviços de saúde

A TV ANFIP recebe, no dia **21 de julho**, às **15h**, representantes da Geap para um bate-papo sobre o plano de saúde voltado aos servidores públicos. Durante a transmissão, serão apresentados os serviços inovadores implementados pela operadora, as novas parcerias que ampliam a rede de atendimento aos beneficiários e as regras de coparticipação.

A conversa será conduzida pela vice-presidente de Serviços Assistenciais, **Margarida Lopes de Araújo**, e contará com a participação de **Jefferson Ferreira Lima**, gerente executivo para o Governo Federal; **Wellington Clarindo de Oliveira**, analista



administrativo; e **Daniel Freitas de Carvalho**, analista de Negócios.

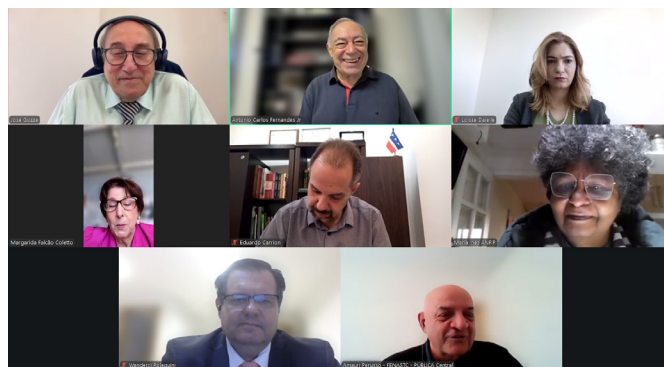
A transmissão será uma oportunidade para esclarecer dúvidas e conhecer as iniciativas que buscam ampliar a qualidade da assistência oferecida aos beneficiários. Acompanhe ao vivo pelo canal da ANFIP no Youtube.

Pública Central reforça mobilização por pautas prioritárias dos servidores

A ANFIP Nacional participou, em 9 de julho, da reunião da Pública Central do Servidor. Realizado em formato virtual, o encontro reuniu representantes de entidades filiadas para discutir temas considerados prioritários para os servidores públicos, entre eles a PEC 8/2025, o PL 1893/2026, as eleições gerais no Brasil e os preparativos para o Congresso Extraordinário, que será realizado em agosto.

Representando a ANFIP, participou a vice-presidente de Política de Classe e Salarial, Maria Inês Borges Ávila. A reunião foi conduzida pelo presidente da Pública Central, José Gozze.

Um dos principais assuntos do encontro foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 8/2025, que prevê o fim da escala de trabalho 6x1, reduzindo a jornada semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial. Durante o debate, as entidades destacaram a importância de intensificar a mobilização junto aos senadores para que a proposta seja votada e aprovada. O texto aguarda votação no Senado desde sua aprovação pela Câmara dos Deputados, em maio de 2026.



Outro tema considerado urgente foi o Projeto de Lei nº 1893/2026, que regulamenta a negociação das relações de trabalho no serviço público, trata da licença para o exercício de mandato classista e altera dispositivos da Lei nº 8.112/1990. As entidades defenderam a aprovação da matéria antes do início do recesso parlamentar, previsto para 16 de julho.

Na avaliação da Pública Central, a aprovação da matéria representa um avanço para o fortalecimento do diálogo entre o governo e os servidores públicos. Também foi ressaltada a preocupação com a necessidade ►

de garantir maior participação das associações representativas nesse processo, permitindo sua atuação conjunta com os sindicatos e ampliando o reconhecimento da liberdade de organização associativa.

Durante a reunião, os participantes também

manifestaram preocupação com o cenário das eleições gerais no Brasil. As entidades reforçaram a importância do voto consciente.

Ao final, a Pública Central voltou a lembrar da realização de seu congresso, marcado para o dia 20 de agosto, em formato online.

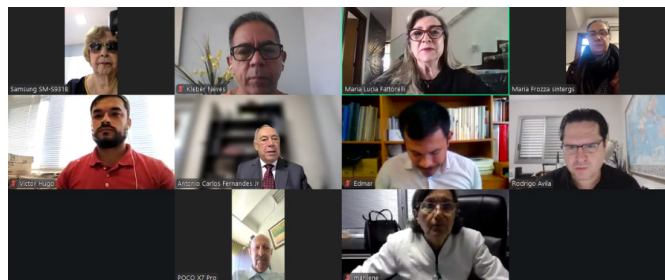
Auditoria Cidadã da Dívida avalia propostas em tramitação no Congresso

ANFIP Nacional participou, em 7 de julho, da reunião promovida pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), que debateu proposições em tramitação no Congresso Nacional, entre elas as Propostas de Emenda Constitucional (PEC) 65/2023 e 38/2025, o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 8/2025, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 104/2022 e a elaboração de uma carta aberta aos pré-candidatos às eleições brasileiras. O encontro também destacou a importância da mobilização social em defesa do controle das contas públicas e dos direitos da população.

A Associação foi representada pela vice-presidente de Comunicação Social, Albenize Gatto Cerqueira, que reforçou o apoio da ANFIP às iniciativas da Auditoria Cidadã da Dívida. A reunião foi conduzida pela coordenadora nacional da ACD, Maria Lucia Fattorelli.

Um dos principais temas discutidos foi a PEC 65/2023, que amplia a autonomia do Banco Central ao desvinculá-lo dos controles institucionais e da prestação de contas aos Poderes da República. Segundo a ACD, a proposta pode ampliar a atuação da instituição em favor do mercado financeiro, reduzindo o controle público sobre suas decisões. Durante o debate, também foi abordada a preocupação com a gestão dos chamados “papéis podres”, títulos de dívidas emitidos por empresas que não conseguem honrar seus compromissos financeiros.

A instituição também criticou a atual política de juros, destacando que a taxa Selic (14,25% a.a.) elevada dificulta investimentos, encarece o crédito e limita a geração de empregos, com



impactos para famílias, empresas e produtores.

Outro destaque da reunião foi a elaboração de uma carta pública aos pré-candidatos às eleições. O documento será aberto à adesão de outras entidades, além da Auditoria Cidadã da Dívida, e já foi encaminhado aos partidos políticos. A iniciativa busca cobrar compromissos sociais, defender a realização da auditoria da dívida pública e incentivar os candidatos a assumirem pautas de interesse da sociedade. A ACD também reforçou a necessidade de intensificar o engajamento social em torno dessas reivindicações.

Sobre a PEC 38/2025, que trata da reforma administrativa, a Auditoria Cidadã alertou para possíveis impactos da proposta, como o avanço das privatizações, da terceirização, do esvaziamento institucional e alterações na estabilidade dos servidores públicos. A ACD defendeu o fortalecimento da mobilização para barrar o texto e apresentou os principais riscos da medida para a estrutura do Estado.

Os participantes também alertaram para o PRS 8/2025, que estabelece parâmetros para limitar a expansão da dívida pública. Na avaliação apresentada pela ACD, além de privilegiar os bancos, o projeto prevê que, caso o estoque da dívida ultrapasse 80% do PIB, haja corte de investimentos em direitos sociais.

Outro tema abordado foi o Projeto de Lei Complementar (PLP) 104/2022, que, de acordo com a Agência Câmara de Notícias, limita as taxas de juros em contratos e operações financeiras a, no máximo, o dobro da taxa Selic, respeitado o teto de 12% ao ano. A reunião destacou a importância de articulação política para que a proposta avance para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao final do encontro, a Auditoria Cidadã da

Dívida reforçou que ampliar o acesso à informação é essencial para fortalecer a participação da sociedade nos debates sobre as contas públicas. Para viabilizar a compreensão da conjuntura e a atuação sindical e social, a ACD oferece o curso “O sistema da dívida no Brasil e a necessidade de auditoria integral”. As inscrições estão abertas até o dia 31 de julho e toda a sociedade pode participar. Acesse mais informações em auditoriacidada.org.br/cursos.

Mesa Coordenadora do CR debate aperfeiçoamento do Projeto Sociocultural

A Mesa Coordenadora do Conselho de Representantes reuniu-se, em 7 de julho, para discutir medidas de aperfeiçoamento do Projeto Sociocultural. O encontro teve como foco ampliar a adesão e a integração dos associados às atividades promovidas, fortalecer a divulgação das ações e definir questões financeiras relacionadas ao projeto.

Na abertura da reunião, o presidente do Conselho Executivo, Carlos José Castro, agradeceu a presença e o empenho dos participantes e destacou a relevância do Projeto Sociocultural para a Associação. Segundo o dirigente, a iniciativa é uma das mais importantes já desenvolvidas pela ANFIP Nacional e tem desempenhado papel fundamental na retenção dos associados, além de contribuir para o fortalecimento e a movimentação da Entidade.

A reunião foi conduzida pela coordenadora do Conselho de Representantes, Cleide Almeida Nôvo, e concentrou as discussões em estratégias para ampliar o alcance do projeto. Entre os principais pontos debatidos esteve a necessidade de intensificar a divulgação das atividades, aproximando os associados da vida institucional.

Os participantes também ressaltaram a importância de ampliar a integração com outras entidades e de desenvolver iniciativas voltadas especialmente aos associados idosos.

Outro tema discutido foi a necessidade



de ampliar os recursos destinados ao projeto, possibilitando a realização de mais eventos e atividades. Nesse contexto, a Mesa Coordenadora avaliou e aprovou a atualização do valor, medida considerada necessária para atender melhor às demandas dos participantes.

A vice-presidente Margarida Lopes de Araújo destacou que o Projeto Sociocultural representou um importante impulso para a ANFIP Nacional, reforçando seu papel na integração dos associados e no fortalecimento da Entidade.

Representando o Conselho Executivo, participaram da reunião o presidente Carlos José Castro e as vice-presidentes Margarida Lopes de Araújo (Serviços Assistenciais) e Maria Dorimar de Almeida Souza (Assuntos Jurídicos). Pelo Conselho de Representantes, estiveram presentes a coordenadora Cleide Almeida Nôvo, o vice-coordenador Plínio Alves Feitosa Filho, a secretária Maria Alba de Carvalho, o secretário-adjunto Severino Felipe da Silva, a presidente da ANFIP-PA, Maria Telma Vieira, e o presidente da ANFIP-RJ, José Arinaldo Gonçalves Ferreira.

Estadual

Live da ANFIP-RJ debate instrumentos de proteção da pessoa e do patrimônio

A ANFIP-RJ promoveu, em 8 de julho, por meio do Projeto Sociocultural da ANFIP Nacional, a palestra “Interdição, Curatela, Autocuratela e Holding Familiar: Proteção da Pessoa e do Patrimônio”. Realizado em formato híbrido, o encontro, mediado pelo presidente José Arinaldo Gonçalves Ferreira, ocorreu presencialmente na sede da Estadual, no Rio de Janeiro, com transmissão ao vivo pelo YouTube.

A palestra foi ministrada pela advogada Denise Rocha, que explicou os principais instrumentos jurídicos voltados à proteção de pessoas em situação de incapacidade, ao planejamento sucessório e à organização do patrimônio familiar.

O primeiro tema abordado foi a **interdição**, definida como o processo judicial utilizado para reconhecer, por decisão judicial, a incapacidade de uma pessoa para praticar determinados atos da vida civil quando ela necessita de cuidados especiais.

Durante a exposição, foi destacado que o artigo 4º do Código Civil considera relativamente incapazes aqueles que, de forma provisória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade. Também são considerados relativamente incapazes os maiores de 16 e menores de 18 anos, os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os pródigos. A palestrante explicou ainda que, para o ajuizamento da ação de interdição, é necessário apresentar um laudo médico contendo o diagnóstico, o Código Internacional de Doenças (CID) e a descrição detalhada da incapacidade.

Na sequência, foi apresentada a **curatela**, definida como a consequência da interdição e caracterizada pelo encargo assumido pelo representante legal nomeado pelo juiz. O direito é destinado, em regra, às pessoas maiores de idade que não possuem capacidade para praticar, total ou parcialmente, os atos da vida civil.



A apresentação também diferenciou a curatela da tutela. Enquanto a tutela se aplica aos menores de idade em razão da incapacidade decorrente da idade, a curatela é voltada aos maiores de idade que, por alguma condição, não conseguem administrar sua vida civil de forma autônoma.

Outro instrumento apresentado foi a **Tomada de Decisão Apoiada**, mecanismo judicial criado para garantir que pessoas com deficiência possam receber auxílio na tomada de determinadas decisões sem perder sua autonomia. Nesse modelo, a pessoa participa ativamente das decisões sobre sua própria vida e pode indicar, no mínimo, duas pessoas para prestar o apoio necessário, preservando sua dignidade e seus direitos. A mudança foi promovida pela Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Denise Rocha também abordou a **autocuratela**, instrumento jurídico mais recente que permite à própria pessoa, enquanto plenamente capaz, escolher previamente quem será seu curador e estabelecer como deseja ser cuidada caso, no futuro, perca a capacidade de tomar decisões. A medida tem caráter preventivo e busca assegurar autonomia, dignidade e segurança por meio da manifestação antecipada da vontade.

Para saber mais sobre o tema, clique [aqui](#) e acesse a íntegra da transmissão, disponível no canal da ANFIP RJ no YouTube.

Encontro Regional da ANFIP-SP fortalece integração entre associados em Piracicaba

A ANFIP-SP promoveu, em 7 de julho, mais uma edição do Encontro Regional, desta vez em Piracicaba. Realizado na Churrascaria Trevisan, o evento reuniu associados da região para um momento de integração, confraternização e atualização sobre as ações desenvolvidas pela Representação Estadual e pela ANFIP Nacional.

Pela ANFIP-SP, participaram a presidente Marinalva Azevedo dos Santos Braghini e a diretora Financeira, Maria Beatriz Fernandes Branco, que conduziram os debates e prestaram esclarecimentos sobre o funcionamento da entidade, suas atividades e a gestão administrativa e financeira. Também estiveram presentes a vice-presidente de Cultura Profissional da ANFIP Nacional, Jamile Jabra Malke, e o coordenador do Conselho Fiscal, Ariovaldo Cirelo, fortalecendo o diálogo com os associados.

Entre os principais temas apresentados esteve o Projeto Sociocultural e o ANFIP do Futuro, iniciativas voltadas à integração dos associados e ao fortalecimento da entidade. Durante o encontro, também foi realizada a prestação de contas da gestão financeira



da ANFIP-SP, além de esclarecimentos sobre o funcionamento da Representação e o andamento de suas ações institucionais.

Encerrando a programação, os participantes celebraram os aniversariantes do mês, tradição dos Encontros Regionais.

Os Encontros Regionais percorrem diversas cidades paulistas com o objetivo de aproximar a ANFIP de seu quadro associativo, ampliar a participação nas atividades e fortalecer a integração entre todos. A reunião realizada em Piracicaba marcou a 11ª edição dos Encontros Regionais de 2026. Neste ano, a programação já passou por São José do Rio Preto (22/1), Araçatuba (23/1), ABC Paulista (26/2), Santos (27/2), Campinas (26/3), Sorocaba (27/3), São José dos Campos (16/4), Ribeirão Preto (17/4), Bauru (25/5) e Araraquara (26/5).

Benefícios

Associados da ANFIP têm descontos exclusivos em ingressos de cinema

As férias são o momento ideal para reunir a família e aproveitar bons filmes na telona. E os associados da ANFIP Nacional podem transformar esse programa em uma experiência ainda mais econômica por meio da plataforma ANFIP Mais Vantagens, que oferece ingressos com valores especiais para as principais redes de cinema do país.

Com poucos cliques, é possível adquirir ingressos para cinemas como Cinemark, Cinépolis, Kinoplex, UCI, CineSystem, Cine A, Circuito Cinemas, Cineplex e Centerplex.

Entre as ofertas disponíveis, há ingressos a partir de R\$ 14,00, dependendo da rede de cinemas, além de valores diferenciados para outras grandes exibidoras.

Para utilizar o desconto,

 Ingresso Inteira 2D R\$ 25,74*	 Ingresso 2D ou 3D R\$ 14,00*	 Ingresso Inteira 2D R\$ 23,10*
 Ingresso Inteira R\$ 16,80*	 Ingresso Inteira R\$ 16,80*	 Inteira 2D ou 3D R\$ 14,00*
 Ingresso Inteira 2D R\$ 20,40*	 Ingresso Inteira 2D R\$ 22,75*	 Ingresso inteira R\$ 19,20*

basta acessar o ANFIP Mais Vantagens ([aqui](#)), fazer o login e escolher a rede de cinema participante.

Fale com a ANFIP

Geral

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)

E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

Aposentadorias e Pensões

3004-1200 (custo de ligação local)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

Cadastro

E-mail: cadastro@anfip.org.br

Comunicação Social

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

Jurídico

3004-9197 (custo de ligação local - atendimento das 14h às 18h)

(61) 3251-8121 / 8123 / 8126

E-mail: juridico@anfip.org.br

Presidência

E-mail: presidencia@anfip.org.br

Secretaria

E-mail: secretaria@anfip.org.br

Serviços Assistenciais

3004-9196 (custo de ligação local)

E-mail: assistenciais@anfip.org.br

You Huul: 0800 932 0000 – Ramal: 4199

Allcare: Whatsapp (11) 3003-5200 /

SAC 0800 941 4962 (atendimento das 8h às 20h, de segunda a sábado, exceto feriados)

Geap: 0800 728 8300

